

Igreja é acusada de plano contra a soberania

A denúncia atinge o Conselho Mundial de Igrejas Cristãs, a pretexto de defender os índios

A pretexto de salvar o índio, perto de 47 mil austríacos pretendem emendar o projeto de Constituição brasileira. Isso seria feito através da aceitação por parte do País do conceito de soberania restrita sobre as terras indígenas, além de concordar em que não se explorem as riquezas minerais da Amazônia e de outras regiões habitadas por índios.

A denúncia foi feita ontem pelo jornal O Estado de S. Paulo, em manchete e com matéria ocupando duas páginas da edição, que é a primeira de uma série de reportagens. O assunto foi levantado a partir da emenda popular nº 1 que chegou à Assembléia Nacional Constituinte no dia 20 de julho deste ano. A partir daí, o jornal paulista monta a trama, acusando formalmente o Conselho Mundial das Igrejas Cristãs, que tem como seu representante no Brasil o CIMI — Conselho Indigenista Missionário — órgão da CNBB, de coordenar toda esta ação desde 1971. Mas a CNBB desmentiu a informação, negando interferência na soberania do País. De acordo

com a denúncia, o movimento em favor da soberania restrita e pela não exploração das riquezas minerais não abrange apenas o Brasil, mas toda a Amazônia — Venezuela, Colômbia, Peru e antigas Guianas. A matéria se baseia num documento, de 1981, intitulado Diretriz para o Brasil nº 4 — ano zero — que detalha a ação no País, no qual estava prevista até a mobilização para a apresentação de emendas constitucionais visando a garantir o êxito da operação.

Já naquela época existiam recursos reservados à operação, com recomendação de que tudo fosse mantido em arquivo secreto. O Estadão considera os fatos como "conspiração contra o Brasil", mas a CNBB negou ontem procedência a toda a reportagem, achando que ela é a verdadeira conspiração, porque publicada 48 horas antes do dia em que serão entregues à Constituinte emendas populares em defesa dos interesses indígenas. E vai mais além, abrindo os arquivos do CIMI a quem desejar consultá-los.

EUGENIO NOVAES



O Orelator Bernardo Cabral e a emenda dos austríacos: em defesa dos índios e pela "soberania restrita"

CNBB: tudo é improcedente

Isso é querer dar valor estratégico exagerado à organização da Igreja — comentou ontem o padre Celso Pedro da Silva, subsecretário-geral da CNBB, ao analisar as denúncias do Estadão, que, assegurou, são todas improcedentes. Ele anunciou para hoje uma nota oficial do CIMI, mas, de antemão, colocou à disposição de quem quiser consultar os arquivos do Conselho Indigenista Missionário, quando se constatar que nada existe a respeito do documento em que se baseia a matéria e que o religioso diz desconhecer.

O padre Celso Pedro acha que toda a denúncia tem a ver com a entrega, amanhã, de emendas populares na Assembléia Nacional Constituinte em favor dos índios, acreditando que isso faz parte do lobby organizado contra essa população. Ele falou o CORREIO BRAZILIENSE no início da noite, enquanto à tarde, o assessor de imprensa, Padre Arnaldo Beltrami, fez um sermão ao repórter a respeito do valor da paciência, para depois, sem aceitar qualquer argumentação, bater o telefone.

Padre Arnaldo demonstrou uma inquietação que reinava na CNBB, onde o secretário-geral do CIME, Antônio Brant, esteve para sugerir que de lá saísse o desmentido oficial sobre as denúncias. Ele assegurou que

nunca assinou qualquer ofício falando em verbas e, se não chegou a dizer que o documento era falso, sugeriu isso ao supor que era forjado numa matéria montada e irreal.

Para Brant, o texto do jornal paulista se insere nos interesses ligados ao combate da questão indígena na Constituinte e nega que o CIMI seja representante no Brasil de um plano da qual parte, que ele também desconhece.

O subsecretário-geral da CNBB acrescentou que o CIMI, como órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, não possui nenhuma vinculação com organismos estrangeiros, por conseguinte, nenhuma vinculação também com o Conselho Mundial de Igrejas nem é seu representante no país. Padre Celso disse ainda que desconhece o plano de conspiração contra o Brasil e qualquer documento que trate de terras indígenas. Negou também a existência de um arquivo secreto na CNBB e que o CIMI tenha protocolado uma carta reclamando de verbas para a execução da operação, lembrando que neste órgão o sistema de numeração de correspondência é diferente do citado na reportagem.

CIMI REAGE TAMBÉM

De acordo com o secretário-

executivo do CIMI, Antônio Brant, além de desconhecer todo o teor da denúncia, é preciso lembrar que a CNBB não pode ser vinculada ao Conselho Mundial das Igrejas porque este é um organismo que congrega as igrejas evangélicas, que, ressaltou, não acredita dona de uma ideia do porte denunciado pelo Estadão.

Na sua opinião, a denúncia é "um crasso desconhecimento ou prova de má fé", porque trata apenas de mentiras. Citou como exemplo a denúncia de um arquivo secreto, "que chega às raias do ridículo".

Ele disse também que as divergências da Igreja Católica e do CIMI a respeito do projeto Calha Norte foram levadas ao Conselho de Segurança Nacional, aos ministros do Interior e da Reforma Agrária através da Comissão de Alto Nível criada por iniciativa do presidente da República e do presidente da CNBB.

Para ele, a matéria se insere "no grande esforço que os setores antindígenas fazem para varrer da futura constituição qualquer garantia dos direitos dos índios". São eles — citou os grandes grupos ligados à mineração, alguns setores do Conselho de Segurança Nacional — contrários à demarcação das terras indígenas, além de outros setores do grande capital.

Brasil não controlaria mais parte da Amazônia

Subtrair 14 por cento da Amazônia legal do controle estrito do Estado brasileiro, mediante a imposição do conceito de soberania restrita, do Brasil sobre as terras indígenas, seria o objetivo da campanha idealizada pela organização Dreikoenig-saktion der Katholischen Jungschar Oesterreichs — movimento dos jovens austríacos, tomando como ponto de ação a influência nas decisões da Assembléia Nacional Constituinte. Por isso, o Estadão deduz que não eram infundadas as suspeitas da secretaria-geral do Conselho de Segurança Nacional quando, em 1985, temia que se viabilizassem as pressões tanto nacionais, quanto de estrangeiros, visando constituir, à custa do atual território brasileiro e venezuelano, um Estado Yanomani, embora reconheça que não é esse especificamente o alvo da campanha austríaca.

De acordo com a reportagem, o CIMI tem certeza de contar com o apoio de 438 constituintes que "não atenderam, por menos até agora, para a redação, porque eles nada entendem de minérios". E para isso, o Conselho espera coletar mais de 100 mil assinaturas para emendas populares a serem entregues à Constituinte, nas quais inclusive restabelece o uso do vocabulário silvicológico para tratar as populações indígenas, algo que foi banido do vocabulário avistista. O CIMI seguiria a orientação direta das diretrizes Brasil nº 4, de 1981.

Ainda segundo o Estadão, o próprio CIMI admite que, a ser mantido o texto dos artigos 424 e seguintes, do anteprojeto apresentado pela Comissão de Sistematização, "não existe a menor

possibilidade de as reservas serem exploradas".

Conforme denuncia a reportagem, isso envolve minérios raros ou não, minerais em geral existentes nas terras indígenas. Tudo foi montado no exterior, com dinheiro depositado a partir de 1981 em contas no estrangeiro. Depois, faz a defesa do País e atribui culpa ao CIMI e ao Conselho Mundial das Igrejas Cristãs, que, segundo o jornal, servem aos interesses internacionais, "para que eles possam continuar desfrutando de uma posição oligopolista no mercado internacional".

Por último, faz a ligação de aspectos envolvendo inclusive d. Erwin Krautler, presidente do CIMI e austríaco de nascimento, para quem é mais importante manter intocado o território das reservas indígenas do que assegurar a defesa da fronteira brasileira.

POLITICOS AMBICIOSOS

O Conselho Mundial das Igrejas Cristãs através do documento Diretrizes Brasil nº 4 — ano O tenta esconder por trás de um suposto amor às nações indígenas a visão dos europeus e anglo-saxões sobre a incultura dos povos latino-americanos. Ao mesmo tempo, deixa transparecer a ideia de que o mundo gira em torno da Europa, sem esconder claros interesses materiais.

Para isso, dá detalhes de como organizar a Operação, as maneiras de lutar para alcançar seus objetivos, tendo em conta também o pouco conhecimento dos políticos brasileiros:

"angariar o maior número possível de simpatizantes, principalmente entre pessoas ilus-

tres, bem como e principalmente, entre políticos, sociólogos, antropólogos, geólogos, autoridades governamentais, indigenistas e outros de importante influência..."

— "ênfatisar o lado humano, sensível das comunicações, permitindo que o objetivo básico permaneça embuído no bojo da comunicação, evitando discussão em torno do tema. No caso dos países abrangidos por essa diretriz, é preciso levar em consideração a pouca cultura de seus povos, a pouca perspicácia de seus políticos ávidos por Votos, que a Igreja prometerá em abundância".

— "criticar todos os atos governamentais e de autoridades em geral, de tal modo que nosso ideal continue presente em todos os veículos de comunicação dos países amazônicos, principalmente do Brasil, sempre que ocorrer uma agressão à Amazônia e às suas populações indígenas".

Ainda nas diretrizes, o Conselho Mundial das Igrejas Cristãs determina que cada um dos participantes consiga mais dez simpatizantes à causa e procure se aproximar de associações científicas para telas ao seu lado. Recomenda também que a atuação nas áreas indígenas seja feita de modo a que as nações vejam sempre o homem branco como inimigo permanente não só dos índios, como do sistema ecológico da Amazônia, enquanto verá no missionário a única salvação, rejeitando as orgãos públicos ou privados criados para defendê-los ou administrar suas vidas. Depois defende a necessidade de infiltrar não só missionários e contratados como não religiosos em todas as nações indígenas.

Covas não quer discutir nomes para sucessão

Rondonópolis (MT) — O senador Mário Covas, que participou ontem nesta cidade do IV Encontro Regional do PMDB de Mato Grosso, afirmou que discutir nomes para suceder o presidente Sarney é tirar do povo brasileiro o direito de se posicionar sobre eleições diretas para presidente da República. "Não é teimosia, mas sim agir política e racionalmente. O povo brasileiro foi protagonista da maior epopeia que já se viveu neste país, que foi a campanha das diretas J. E foi ele (o povo) que permitiu ao PMDB participar do colégio eleitoral após a derrota da emenda Dante de Oliveira".

O líder do PMDB na Constituinte chegou em Rondonópolis às 15h30m, procedente de Brasília, sendo recepcionado por cerca de 100 pessoas no pequeno aeroporto da cidade, com a palavra de ordem: "E presidente". Acompanhado pela deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) e pelo deputado Nelson Frederico (PMDB-PR), Mário Covas evitou dirigir críticas ao presidente Sarney. Afirmando porém que a duração de seu mandato não pode ficar ao sabor de uma boa ou má performance do seu governo.

— "E uma questão de objetividade. Um mandato presidencial não pode ficar ao sabor da conjuntura. Não é mercadoria em liquidação".

O anfitrião, governador Carlos Bezerra, não quis comentar a questão das diretas em 88. Segundo ele, este ainda não é o momento oportuno para esse tipo de discussão. Já o ex-ministro da Reforma Agrária, Dante de Oliveira, disse que a hipótese de sua candidatura a vice de Covas não tem nada de concreto.

Emenda chegou sem divulgação

No dia 20 de julho último, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), de acordo com denúncias feitas pelo jornal O Estado de S. Paulo, protocolou uma emenda popular na Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte, que recebeu o nº S-001, contendo 48.248 assinaturas de cidadãos austríacos maiores de 14 anos.

A CNBB não fez nenhuma divulgação da emenda, como ocorreu no dia 29, quando apresentou quatro emendas populares sobre "normas relativas às garantias dos direitos do homem e da mulher quanto à liberdade religiosa; normas relativas ao direito da família; normas relativas à educação; e normas relativas à ordem econômica".

O jornal descobriu a trama através da leitura dos boletins da Constituinte, porque quase nada se falou em Plenário. O fato foi ligado a uma série de acontecimentos que vêm ocorrendo no Brasil, desde a realização, em 1971, de um simpósio

em Barbados sobre adversidades interétnicas na América do Sul.

O recolhimento das assinaturas foi feito através do movimento Dreikoenigsaktion der Katholischen Jungschar Oesterreichs — que reúne jovens católicos da Áustria. Foram distribuídos dois textos, sendo um em língua portuguesa e outro em língua alemã. Os jovens signatários não têm conhecimento do idioma que se fala no Brasil.

A ação foi coordenada pelo serviço pastoral e pela Ação Católica da Diocese de Feldkirch, cidade austríaca que fica perto da fronteira com a Suíça. Foi na cidade que o presidente do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), don Erwin Krautler, concluiu os seus estudos colegiais.

As sugestões apresentadas foram:

— Deputado José Bernardo Cabral, Relator da Comissão de Sistematização, Assembléia Nacional Constituinte, Câmara dos Deputados, 70.150,

Brasil/DF, Brasil".

"Excelentíssimo senhor, "Nós abaixo assinantes sabemos das brutalidades e agressões que os povos indígenas sofrem no Brasil.

Por esses motivos pedimos aos senhores:

"O reconhecimento do direito territorial dos índios como os primeiros moradores do Brasil e também a demarcação e garantia de suas terras;

"Direito exclusivo dos índios de exploração ao solo e subsolo das suas terras;

"Reconhecimento e respeito à organização social e cultural dos índios.

"Pedimos aos senhores fazer tudo o que esteja ao seu poder para garantir que a Constituição brasileira defenda sem limitações os direitos dos índios".

Em rápida análise, o jornal chega à conclusão de que a coleta das assinaturas foi feita entre os dias 20 e 30 de junho, quando as comissões temáticas terminavam seus trabalhos.

Simon acha que conflitos vão continuar

Porto Alegre — Ao prever que os conflitos entre o PMDB e PFL "vão continuar", o governador Pedro Simon disse que existe "obrigação de manter a Aliança Democrática somente até a promulgação da nova Constituição". A partir desse momento, acredita o governador, estará encerrado o processo de transição política e os dois partidos deverão se enfrentar, "por enquanto temos obrigação de administrar esse conflito", apelou Simon.

Lembrando que o PMDB e o PFL são os dois maiores partidos do país, Simon considera "natural" que ambos tenham ambições de chegar sozinhos ao poder. Somente a responsabilidade com os compromissos assumidos em 1984 que permitiram a eleição de Tancredo Neves e José Sarney faz com que o partido procure se "unir nas discordâncias".

Na opinião de Simon, a crise surgida em consequência da demissão do ministro do Interior, Joaquim Cavalcanti, já está superada. Tudo isso teria sido evitado, garante, se o atual chefe da Casa Civil, Ronaldo Costa Couto, tivesse permanecido no Interior. "Este foi o Ministério mais difícil de ser preenchido por Tancredo Neves, que diante das pressões do PMDB e PFL, escolheu o Ronaldo por conta pessoal", conta Simon.

Ele acredita que a escolha de João Alves para o cargo vai diminuir a tensão. Em conversa telefônica com seu colega Waldir Pires, da Bahia, recebeu boas informações:

— O Waldir disse que João Alves é uma pessoa com quem é possível dialogar. Além disso, não ficou estabelecida a rivalidade direta entre Marco Maciel e Miguel Arraes, como havia antes.

Simon também assegura que o governador de Pernambuco, não irá se afastar do PMDB por causa da demissão de Dorany Sampaio, da superintendência da Sudene.

Secretários vão pedir reforma à Constituinte

Rio — Os 21 secretários estaduais de Fazenda reunidos em Canela, no Rio Grande do Sul, nos últimos dias 7 e 8 fecharam, questão em cinco pontos de reforma tributária que, se incluídos no texto final da Constituição, renderão aos estados, em média, um acréscimo de 15 por cento sobre a receita de Impostos. O Rio de Janeiro, com uma previsão de arrecadação, em 1987, de aproximadamente Cz\$ 60 bilhões, poderá ser um dos maiores beneficiados, com um crescimento real de arrecadação, em 88, superior à média.

O secretário da Fazenda do Rio de Janeiro, Jorge Hilário de Gouveia Vieira prefere não fazer previsões. Mas foi possível prever que o estado é um dos que mais sairá ganhando, se for incluída a sugestão de incorporação ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), dos impostos federais únicos (incidentes sobre energia elétrica, combustível e minerais) e do Imposto Sobre Serviços (ISS), hoje de competência dos municípios. Grande produtor de petróleo, o Rio de Janeiro Tributaria este produto, que é considerado mineral. Além disso, tem um setor de serviços forte.

Criar um imposto de renda adicional, de 5 por cento sobre os ganhos de capital e sobre a herança, enfim, tributar os que têm mais dinheiro, é uma das propostas do secretário de Fazenda do Rio de Janeiro, Tributar os ganhos de capital também é uma ideia do ministro da Fazenda, Luis Carlos Bresser Pereira. Consultado

sobre a possibilidade de bitributação, ou seja, de haver um imposto do estado e outro da União, Jorge Hilário respondeu que é possível, desde que haja capacidade contributiva.

A ideia não chegou a ser discutida pelos secretários, porque havia divergências quanto a sua inclusão ou não no documento a ser encaminhado amanhã ao ministro da Fazenda, Bresser Pereira e ao presidente do Senado, Humberto Lucena.

Na terça-feira, os assessores dos secretários de Fazenda se reuniram, em Brasília, para estudar as sugestões de emendas a serem apresentadas aos governadores e suas respectivas bancadas, e depois serem encaminhadas ao presidente da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, antes do próximo dia 13, prazo para a entrega de emendas.

Entre os principais pontos de concordância está a proposta de redistribuição da receita de Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) da qual a União, hoje, fica com 50 por cento, através da ampliação dos percentuais dos fundos de participação dos estados e dos municípios (FPE e FPM). No caso do FPE, informou, de aproximadamente 14 por cento para cerca de 20 por cento.

Outra reivindicação é a ampliação da base de incidência do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICM), pela incorporação da prestação de serviços. Ou seja, o Imposto Sobre Serviços (ISS) passa a ser competência do estado e não mais do município.



Mário Covas Sarney vai a Alagoas na quarta-feira

O presidente José Sarney passou o Dia dos Pais acompanhado de seus familiares, no Palácio da Alvorada. Na quarta-feira, o presidente vai a Xingó, em Alagoas, dar início das obras da construção da barragem de Xingó, para ser edificada a hidrelétrica do mesmo nome.

Hoje pela manhã, os despachos são com os ministros da "Casa": Ivan de Souza Mendes, do SNI; Rubens Bayma Denny, do Gabinete Militar; Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil o líder do governo e da maioria na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna; o ministro da Justiça, Paulo Brossard. A manhã termina com a audiência ao presidente do Banco da América, Aldwin W. Clausen.

Na parte da tarde, às 15 horas, Sarney assina o "acordo de participação com as regiões metropolitanas — transportes urbanos", depois estará com o ministro da Educação, Jorge Konder Bornhausen. A seguir ele recebe os novos brigadeiros da Aeronáutica, o Prêmio Nobel da Paz, Ellie Wiesel, será recebido às 17h15min. Das 17h35min às 18h15min, Sarney concederá entrevistas à Televisão e ao jornal Excelsior, ambos do Maximo, para onde viaja no dia 16.

"Tudo pertence à humanidade"

De acordo com o documento venezuelano, a Amazônia é "patrimônio comum da humanidade". Cita nominalmente algumas entidades internacionais que defendiam o reconhecimento da autonomia das nações indígenas e de seu direito a autodeterminação. São o Instituto Indigenista Interamericano, órgão técnico da OEA; Survival International (EUA e Inglaterra); Antropology Resources Centre (Boston); Cultural Survival (Cambridge); International Workgroups for Indigenous Affairs (Dinamarca) e Comitê Internacional da Defesa da Amazonia (Paris).

Existe clara coincidência entre essa enumeração e a relação dos membros da Conselho Mundial das Igrejas Cristãs. Em julho de 1981, o Conselho Mundial de Igrejas Cristãs reuniu-se em Genebra e baixou a "Diretriz Brasil nº 4 — ano O" destinada às "Organizações Sociais Missionárias no Brasil".

Uma declaração de princípios dá início ao texto da diretriz nº 4. "A Amazônia total, cuja área maior fica no Brasil, mas compreende também parte dos territórios venezuelano, colombiano e peruano, é considerada por nós

como patrimônio da Humanidade. A posse dessa imensa área pelos países mencionados é meramente circunstancial, não só por decisão de todos os organismos presentes ao simpósio, como também por decisão filosófica dos mais de mil membros que compõem os diversos Conselhos de Defesa dos Índios e do Meio Ambiente".

Diz ainda a diretriz, já estabelecendo os objetivos de ação, que se deve impedir a agressão "contra toda a área amazônica, quando essa (agressão) se caracterizar pela construção de estradas, campos de pouso, principalmente destinados a atividades de garimpo, barragens de qualquer tipo ou tamanho, obras de fronteira, civis ou militares, tais como quartéis, estradas, limpeza de faixas, campos de pouso militares e outros que signifiquem a tentativa de modificações ou do que a civilização chama de progresso.

A Amazônia, segundo o documento, deve ser mantida, bem como seus habitantes, no "estado em que a natureza os deixou antes da chegada dos europeus. Para tanto, é nosso dever evitar a formação de pastagens, fazendas, planta-

ções e culturas de qualquer tipo que possam ser consideradas como agressão ao meio ambiente".

As Igrejas Cristãs estão preocupadas "em preservar a unidade das várias nações indígenas que vivem no território amazônico. E nosso dever evitar o fracionamento do território dessas nações, principalmente por meio de obras como estradas públicas ou privadas".

E dever das Igrejas Cristãs, de acordo com o documento, "promover a reunião das nações indígenas em uniões de nações, dando-lhes forma jurídica definida. A forma jurídica em que se organiza tais nações incluirá a propriedade da terra, que deverá compreender solo, subsolo e tudo que neles existir".

Finalmente, no item H do documento, estabelece-se que é dever de todos os filiados ao Conselho Mundial das Igrejas, aos conselhos de Defesa dos Índios e do Meio Ambiente, "conseguir o mais rápido possível emendas constitucionais no Brasil, Venezuela e Colômbia, para que os objetivos dessas diretrizes sejam garantidos por preceitos constitucionais".